

HABEAS CORPUS Nº 502.356 - SP (2019/0094745-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : MAURO ATUI NETO
ADVOGADO : MAURO ATUI NETO - SP0266971
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS ALEXANDRE DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de CARLOS ALEXANDRE DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Estado de São Paulo (HC n. 2045339-84.2019.8.26.0000).

Inferre-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 4 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, como incurso no art. 35, *caput*, c/c o art. 40, inc. VI, ambos da Lei 11.343/06 (associação para o crime de tráfico), sendo vedado o apelo em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, no qual alegou estar preso ainda sem a formação da culpa em definitivo, já tendo direito, inclusive, à progressão de regime prisional. Pretendeu o direito de apelar em liberdade ou a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa.

A ordem foi denegada, nos termos do acórdão de fls. 16/21.

No presente *mandamus*, alega excesso de prazo no termo final do processo, que só deve acontecer em 2020, quando já estará preso por mais de 3 anos.

Sustenta que a gravidade abstrata do delito não é suficiente para embasar o decreto prisional, e ressalta a suficiência de aplicação de alguma das medidas previstas no art. 319 do CPP.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo

Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator